

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 683

Federalismo, Repasses Federais e Crescimento Econômico: um Estudo sobre Amapá e Roraima

Bruno de Oliveira Cruz
Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira

Brasília, novembro de 1999

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 683

Federalismo, Repasses Federais e Crescimento Econômico: um Estudo sobre Amapá e Roraima*

Bruno de Oliveira Cruz**
Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira**

Brasília, novembro de 1999

* Os autores agradecem a Mônica Mora, Antônio Carlos Galvão, Herton Araújo, Nelson Zackseski, Maria Cristina Macdowell, Luciana Mendes, Salvador Viana e Humberto Watson pelos comentários, sugestões e auxílio para o término desta pesquisa.

** Pesquisadores da Diretoria de Políticas Regionais e Urbanas do IPEA.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Martus Tavares – Ministro
Guilherme Dias – Secretário Executivo



Presidente

Roberto Borges Martins

DIRETORIA

Eustáquio J. Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubimaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e torna disponíveis, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir dos estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 115 exemplares

COORDENAÇÃO DO EDITORIAL

Brasília – DF:

SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10^o andar

CEP 70076-900

Fone: (61) 315 5374 – Fax: (61) 315 5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ:

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14^o andar

CEP 20020-010

Fone: (21) 212 1140 – Fax: (21) 220 5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

SUMÁRIO

SINOPSE

1	INTRODUÇÃO	5
2	ASPECTOS HISTÓRICOS E DEMOGRÁFICOS	6
3	PRODUTO INTERNO BRUTO E SUA DISTRIBUIÇÃO SETORIAL	9
4	EMPREGO FORMAL	10
5	ASPECTOS DO FEDERALISMO NO AJUSTE FISCAL	11
6	ANÁLISE DOS ASPECTOS FISCAIS DE RORAIMA E AMAPÁ	16
7	RELAÇÃO ENTRE REPASSES FEDERAIS E PIB ESTADUAL	18
8	CONCLUSÃO	22
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26



A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, por intermédio do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, Rede-IPEA, operacionalizado pelo Projeto BRA/97/013 de Cooperação Técnica com o PNUD.

SINOPSE

Embora Amapá e Roraima sejam os estados que mais recebem recursos federais, em termos *per capita* [Galvão *et alii*, 1997], não existe na literatura, tanto em âmbito regional quanto em fiscal, uma análise detida sobre a sua economia. Assim, neste artigo, busca-se associar a questão das transferências federais com o comportamento das finanças públicas de Amapá e Roraima e com a evolução dos seus respectivos produtos. Utilizou-se o modelo de Werneck (1995, p. 375-390) para o estudo do comportamento fiscal. Foi empregado o modelo de Ho (1993, p. 457-466) – metodologia inédita no que se refere à economia brasileira – para uma explicação teórica do impacto dos repasses federais sobre o produto. Nos estados aqui analisados, a trajetória temporal da taxa de crescimento do PIB parece acompanhar a taxa de crescimento das transferências federais, embora isso não seja evidência empírica definitiva, dado o tamanho reduzido da amostra empregada no estudo.

1 INTRODUÇÃO

Em função dos ajustes macroeconômicos e da necessidade de manter o controle da inflação, o governo brasileiro tem concentrado esforços no equilíbrio de suas contas. O país pretende reduzir seus déficits e dívidas e, com isso, busca gerar superávit e poupança, imprescindíveis ao crescimento. No entanto, a opção federativa revela um embricamento das finanças da União e dos estados federados. A Constituição de 1988 engessa parte da arrecadação federal sob a forma de repasse aos estados e municípios (veja-se, por exemplo, o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios). Se o governo federal, ao lançar o programa de ajuste fiscal dos estados, persegue o objetivo de equilibrar as contas públicas em todos os níveis da Federação, é porque não há como desvincular o seu equilíbrio orçamentário das finanças públicas das unidades federadas. O *nó górdio* na busca da estabilidade de preços passa a ser, então, a reforma fiscal.

A despeito disso, a região Norte, por sua posição geográfica, tem papel estratégico quanto à soberania nacional, o que requer maior atenção por parte do governo federal, já que se trata de ampla área de fronteira com países da América do Sul e, conseqüentemente, exige maiores esforços de integração com o resto do país. Levanta-se, então, a indagação de como o governo federal deve agir em casos como os de Roraima e Amapá.

Para se ter mais clareza sobre os efeitos de um ajuste fiscal levado a cabo pelo governo federal sobre finanças e produtos estaduais decidiu-se, então, estudar Amapá e Roraima – estados mais recentes da região Norte, criados pela Constituição de 1988. Buscou-se, aqui, melhor compreensão desses estados, em seus aspectos comuns e suas peculiaridades. Procurou-se também, na história desses estados, elementos que ajudem a compreender a sua formação. O estudo da demografia permite avaliar a consolidação da ocupação territorial. O exame da estrutura produtiva abre espaço para a identificação da atividade econômica predominante. A dimensão dos gastos federais e a configuração do mercado de trabalho auxiliam na composição do quadro no qual essas economias se inserem. A análise das finanças mostra o quão importante é a União nos respectivos orçamentos desse estados. Por fim, relacionam-se, com base no modelo de Ho (1993), os repasses federais com as flutuações do produto.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E DEMOGRÁFICOS

2.1 História O estado do Amapá¹ é fruto da incorporação da região do ex-contestado franco-brasileiro.² A França, por meio da Guiana Francesa, concorria com Portugal pelo domínio do território e pela apropriação de seus minérios. No meio de conflitos e rompimentos de acordos, derivados principalmente da cobiça pelo ouro, França e Brasil, apesar de suas relações diplomáticas estremecidas, foram forçados a buscar uma solução definitiva para o litígio. Escolhido como árbitro, o governo da Suíça, em 1º de dezembro de 1900, pronunciou sua sentença, e determinou, entre outras coisas, que o rio Oiapoque definiria a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa.

A febre do ouro no Amapá atraiu tanto garimpeiros e aventureiros quanto empresas bem organizadas e com tecnologia para a exploração em grande escala. Em grande parte, essas empresas eram formadas por capital estrangeiro, e passaram a dominar a exploração mineral no estado. Em 1946, a associação entre o empresário brasileiro Augusto Trajano de Azevedo Antunes e o megainvestidor Daniel Ludwig marca a história do Amapá. Essa associação permitiu que a Indústria e Comércio de Minério S/A (ICOMI) passasse a dominar a exploração mineral no estado, principalmente o manganês; com isso, os camponeses foram expulsos da terra e tornaram-se trabalhadores assalariados [Raiol, 1992b]. Entretanto, a ICOMI trouxe maior dinâmica à economia amapaense. Conforme Faria *et alii* (1998), “Vale ainda ressaltar que a extração de manganês induziu a formação de uma importante infra-estrutura de transporte no Amapá, uma vez que, para o escoamento do minério, foi construída (*sic*) uma ferrovia ligando a mina da Serra do Navio ao terminal portuário de Santana, ambos administrados pela ICOMI”.³

¹ Com a promulgação das Constituições de 1934 e 1937, ficou estabelecido que as áreas territoriais que não apresentassem capacidade econômico-financeira suficiente para seu auto-sustento seriam desmembradas dos estados e passariam a ser administradas pela União. Em 13 de setembro de 1943, o governo federal, por meio do Decreto-Lei nº 5 812, criou os territórios de Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia), Ponta-Porã e Iguacu (extintos em 1946) e Amapá, e, pela Constituição de 1988, elevou Amapá e Roraima à categoria de estados.

² A ocupação do Amapá foi motivada pela exploração de riquezas minerais, principalmente o ouro, mas também pela presença de destacamentos militares que constituíram núcleos de expansão demográfica. Ainda hoje, parece que a ocupação das fronteiras do país deve-se, em parte, a questões militares. Raiol (1992) atribui à preocupação dos militares com os conflitos nas fronteiras do Brasil com Suriname, Bolívia, Colômbia e Venezuela a implantação do Projeto Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas – Projeto Calha Norte.

³ Hoje, face à imensa e rápida exploração do manganês e seu conseqüente esgotamento, a ICOMI tem-se dedicado à exploração de sinter para exportação [Faria *et alii*, 1998].

O atual estado de Roraima, por sua vez, foi disputado por ingleses, holandeses e espanhóis. A exploração luso-brasileira deu-se no início do século XVIII, quando, a partir da necessidade de mão-de-obra para fazendas do Maranhão e do Pará, constituíram-se as primeiras entradas no território roraimense. As riquezas mineiras que os portugueses procuravam no estado só foram descobertas efetivamente no início do século XX, com a implantação do garimpo de ouro e diamante na região dos rios Maú e Contingo, a partir da década de 20.

O garimpo afirmou-se como forma alternativa de ocupação econômica, e serviu como tentativa de redução dos danos causados pela queda da economia da borracha na Amazônia. A mineração, quando da criação do território federal do Rio Branco, passou a ser a principal atividade econômica privada no estado. Na década de 60, a atividade começou a entrar em decadência; o garimpo e a exploração mineral começaram a desaparecer. Somente na metade dessa década, com a descoberta de cassiterita na Serra do Surucucus (atual reserva Yanomami), reavivou-se a garimpagem no antigo território. Nos anos 80, a descoberta de ouro nessa área atraiu grandes fluxos migratórios para o estado, e iniciou-se o período de grande garimpagem em áreas indígenas. Impelido por pressão internacional, o governo Collor demarcou a reserva Yanomami e ordenou à Polícia Federal o combate a essa atividade. Desde então, o garimpo, nessas áreas, tornou-se uma atividade ilegal e fonte potencial de novos conflitos.

2.2 Demografia No que se refere ao contingente populacional de RR e AP, podem ser destacadas as seguintes características:

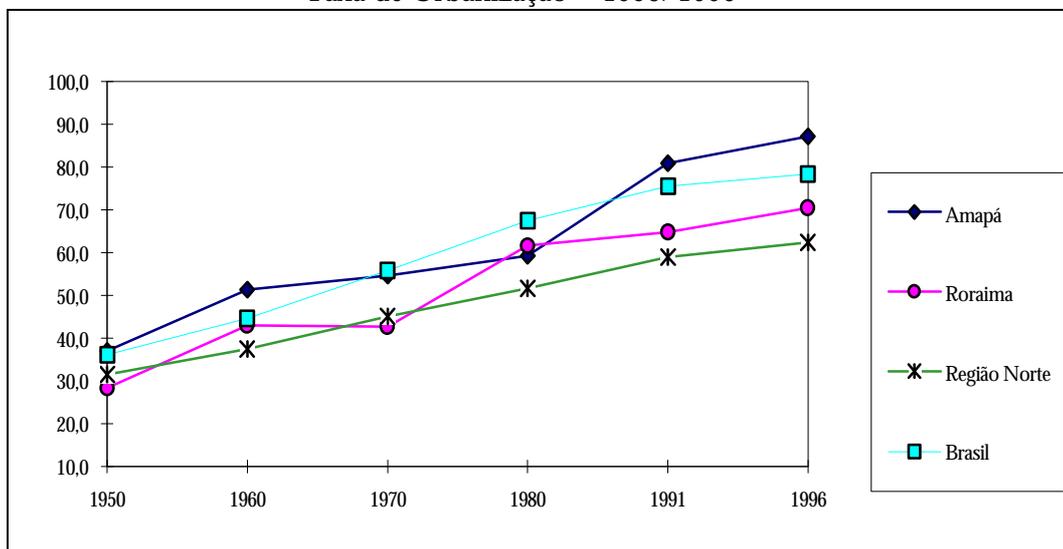
- (a) apresentam elevado grau de urbanização;⁴
- (b) são estados que apresentaram surpreendente crescimento populacional nos últimos anos, muito superior à média nacional;
- (c) há grande concentração populacional nas capitais – quase 80% da população urbana de Roraima encontra-se em Boa Vista, e 72% da população do Amapá encontra-se em Macapá-Santana;
- (d) a concentração populacional nas capitais, aliada ao reduzido contingente populacional, faz que RR e AP apresentem baixa densidade demográfica; e
- (e) a população dos dois estados é relativamente jovem.

O Amapá, comparado aos demais estados da região Norte, segundo o IBGE, apresenta o maior crescimento da taxa de urbanização ao longo dos últimos cinquenta anos, e superou a média brasileira a partir dos anos 80. Essa taxa de urbanização, embora tenha sido crescente ao longo desses anos, foi decrescente até 1980. Em 1991, houve forte aceleração na urbanização do estado. Dos dezesseis

⁴ A taxa de urbanização em Roraima e Amapá, em 1996, foi de 70,5% e 87,1%, respectivamente, enquanto a média nacional e da região Norte situaram-se em 78,4% e 62,3%, respectivamente.

municípios existentes no Amapá, apenas quatro apresentam população acima de 10 mil habitantes.

GRÁFICO 1
Taxa de Urbanização – 1950/1996



Fonte: IBGE.

Quanto ao estado de Roraima, a maior aceleração da taxa de urbanização deu-se na década de 70, quando essa taxa passou de 42,9%, em 1970, para 61,2%, em 1980. O estado de Roraima também teve crescimento populacional extremamente elevado, principalmente a partir de 1970, e, nos anos 80, atingiu taxa média de crescimento anual de quase 10%. Esse expressivo crescimento parece decorrer do movimento migratório para atividades de mineração (garimpo) e iniciativas de criação de colônias agrícolas pelo governo estadual.⁵

O total da população no estado de Roraima, em 1996, era de 247 131 habitantes,⁶ o que resulta na densidade demográfica de 1,10 habitante por km². Em 1996, a população amapaense era de 379 456 habitantes, ou seja, esse ex-território apresentaria taxa de densidade demográfica de 2,6 hab/km². A densidade demográfica no Brasil e na região Norte, em 1996, foi de 18,3 e 2,9, respectivamente.

⁵ Pode-se observar na pirâmide etária do estado, no ano de 1991, uma deformação no grupo de homens entre 20 e 35 anos, o que corrobora a influência do garimpo na migração [Barros, 1996].

⁶ A FUNAI estima que existam 35 mil indígenas atualmente em Roraima; isto é, a população silvícola representaria quase 17% da população do estado em 1996. Essa população se distribui em reservas e áreas de proteção, em um total de 95 848,74 km², que representam 42,9% da área do estado. A densidade demográfica nas reservas seria, portanto, de 0,36 indígenas por km².

3 PRODUTO INTERNO BRUTO E SUA DISTRIBUIÇÃO SETORIAL

O comportamento dos PIB de Roraima e Amapá apresentou as seguintes características comuns, no período compreendido entre os anos 1985 e 1995:

- (a) pouca participação na formação dos PIB do país e da região Norte;
- (b) pequena participação do setor industrial na sua formação;
- (c) significativo peso da administração pública na sua composição; e
- (d) grandes flutuações nas suas taxas de crescimento anuais.

O produto interno bruto do Amapá, estimado em 1995, foi de 829 973 mil reais, enquanto o produto correspondente de Roraima foi de 507 624 mil reais; e o PIB conjunto dos estados da região Norte e o do Brasil foram de, respectivamente, 28 373 547 mil reais e 639 376 862 mil reais.⁷ Isso significa que o estado do Amapá participou com 2,9% na formação do PIB da região Norte e com 0,13% na do PIB do país; Roraima contribuiu com 1,8% e 0,08%, respectivamente, naquele ano.

Não obstante o fato de o produto do Amapá apresentar, em média, taxas de crescimento pouco superiores às da região e às do país, nota-se que as flutuações do produto no Amapá ocorrem de forma mais intensa do que na região Norte ou no país. A partir de 1987, com exceção de 1988 e 1994, o Amapá apresentou picos e vales mais acentuados que a região Norte e o Brasil, ainda que tenham flutuado na mesma direção. Em época de recessão, o estado apresentou-se mais sensível à crise. Em 1990, o PIB do Amapá caiu 5,3%, para uma queda de 4,8% observada na região Norte e de 4,1% no Brasil. Para o ano de 1992, essa sensibilidade ficou mais evidente, porque, embora a crise tenha atingido quase todos os estados da região (a exceção foi Roraima, que apresentou crescimento de 6,1%), no Amapá, a queda foi de 7,1% – bem superior à variação do PIB do país (0,9% em 1992).

A partir de 1986, o setor de serviços passou a dominar a economia do Amapá, com participação média superior a 50% do produto do estado. O maior peso no setor deve-se à administração pública, que contribuiu com aproximadamente 43%

⁷ Os dados aqui apresentados foram obtidos em IPEA – Atlas das Desigualdades Regionais, em reais de 1995. Deve-se ressaltar que o cálculo dos produtos internos brutos estaduais feito pelo IPEA tem o mérito de manter metodologia única para todos os estados, e, assim, que os produtos estaduais podem ser comparáveis entre si. Essa metodologia do cálculo do PIB está descrita em Oliveira (1996).

do total do produto gerado nesse setor e com o equivalente a 23,2% em 1994. É perceptível o crescimento exacerbado da participação do setor público na composição do PIB do Amapá, em 1990.

Em termos absolutos, Roraima é a menor economia da região Norte e do Brasil, embora não o seja em termos de renda *per capita*. A elevada taxa de crescimento populacional não se refletiu na mesma proporção do crescimento do produto interno durante o período 1985/1995, o que ocasionou queda na renda *per capita*. Assim como no Amapá, a taxa de crescimento do estado de Roraima apresentou grandes variações durante o período analisado.⁸

Nota-se, como no Amapá, grande peso do setor de serviços⁹ na formação do PIB roraimense, principalmente o item *administração pública*, que respondeu, em 1994, por 36,4% do total do PIB do estado, e, em 1990, representou, segundo os cálculos do IPEA, 54% da renda de Roraima.

4 EMPREGO FORMAL

A análise sobre emprego organizado feita por Oliveira e Guimarães Neto (1997) destaca que a região Norte perdeu, no período compreendido entre os anos 1990 a 1996, o equivalente a 78 mil postos de trabalho. Em termos comparativos, essa perda equivale a 10,1% do total de postos de trabalho da região. Em relação à média do país, tal perda situa-se pouco acima da média nacional, que é de 9,98%. Contudo, essa elevada perda relativa de postos de trabalho deve-se principalmente aos dois estados de maior renda e dinamismo econômico da região – Amazonas e Pará.

Quanto a Amapá e Roraima, as características gerais do comportamento do emprego nesses estados podem ser sintetizadas nos seguintes termos:

(a) existe perda generalizada (destruição) de postos de trabalho;

(b) a participação do emprego formal (RAIS)¹⁰ na população economicamente ativa situa-se em torno de 27%;

⁸ Cabem aqui duas observações que servem tanto para Roraima quanto para Amapá: a primeira refere-se à dificuldade de coleta de informações estatísticas sobre economias periféricas, o que pode estar viesando o cálculo do produto interno bruto; a segunda está associada a uma questão estatística: como a base produtiva desses estados é pequena, uma variação mínima na renda provoca grandes alterações na taxa de crescimento.

⁹ A extração mineral, embora não represente grande parcela do produto do estado, pode estar subestimada, principalmente devido ao contrabando e a dificuldades estatísticas na coleta de informações sobre essa atividade. Do mesmo modo, o contingente de garimpeiros parece ter movimentado a economia do estado, no que se refere ao setor de serviços.

¹⁰ A despeito do debate sobre emprego formal e informal, optou-se por não entrar nessa seara; o emprego formal foi considerado como aquele constante na RAIS.

- (d) a participação do setor de serviços no total do emprego fica acima dos 50%; e
- (e) a administração pública é a maior empregadora no setor de serviços.

Juntamente com o Distrito Federal, o Amapá foi o estado que apresentou variação positiva dos postos de trabalho entre 1990 e 1995. Mesmo assim, a tendência comum, que caracteriza a evolução do emprego observada nesse período para o conjunto das regiões, também pode ser verificada para o estado. A diferença está na intensidade dessas flutuações. De fato, em 1992, houve queda mais acentuada no emprego amapaense do que no conjunto das regiões brasileiras.

Um fato chama atenção na análise dos dados do emprego no estado do Amapá: mesmo que tenha peso na composição do emprego total, de sua indústria extrativa mineral vem caindo a participação relativa no emprego. Esse comportamento é parcialmente resultante da exaustão da exploração de minério, principalmente do manganês, até então considerado o principal produto mineral do estado.

A partir da análise do emprego formal em Roraima, pode-se ter noção da relevância do setor público como empregador nesse estado: quase 60% do total do emprego formal deve-se à esfera pública. O setor de serviços e o comércio são, depois do setor público, os maiores empregadores no estado. Somados, esses dois setores participam com 25% a 30% do total de postos de trabalho do setor formal.

Considerando-se a elevada concentração da população urbana em Boa Vista e Macapá, e dado que o setor terciário mostra-se como atividade eminentemente urbana, o poder público tem efeitos indiretos sobre essa atividade. O consumo do governo, no sentido macroeconômico, tem forte impacto sobre a economia local, seja como empregador direto de mão-de-obra, seja como consumidor direto de bens e serviços.

Como foi descrito, percebe-se a forte presença do governo federal na formação do PIB e na composição do emprego de Amapá e Roraima. Nos capítulos seguintes, identifica-se o comportamento do governo dos ex-territórios face a essa maciça influência do governo federal em suas economias, bem como explicita-se o efeito das transferências federais na geração da renda desses estados.

5 ASPECTOS DO FEDERALISMO NO AJUSTE FISCAL

A Constituição de 1988 reforçou o caráter federativo das relações intergovernamentais, ao definir a participação das diferentes esferas de governo em cada tributo. O processo de descentralização ocorreu concomitantemente ao processo de redemocratização. Ambos os processos apresentam sinergias e houve clara identificação entre os agentes na consideração de que a descentralização fiscal é

uma das etapas da redemocratização. A descentralização fiscal seria a contrapartida, no plano fiscal, à redemocratização, que pode ser entendida como descentralização de poder. Entretanto, as transferências de receita não corresponderam a equivalentes repasses dos encargos, visto que a União teria aberto mão de parcela significativa de seus tributos em favor das unidades federadas e dos municípios, mas manteve inalterada a composição de encargos.

A estabilização, a partir da reforma monetária introduzida pelo Plano Real, impôs ao governo a necessidade de ajuste fiscal global de caráter mais duradouro, para o qual um dos instrumentos seria a reforma tributária. Como foi ressaltado, as transferências constitucionais para os estados e municípios constituem-se em um vazamento nas finanças da União. Assim, o governo federal criou, nesse período, novos tributos distorcivos, não vinculados a qualquer transferência para os estados e municípios. Esse tipo de tributo traz impactos negativos sobre a eficiência da economia,¹¹ mas o objetivo é aumentar a receita do governo federal (com redução de déficit) sem transferir recursos para as demais unidades federadas.

É dessa conjuntura que se deve analisar a situação das finanças públicas das unidades federadas do Brasil. Roraima e Amapá, por sua vez, caracterizam-se como estados peculiares, pois recebem elevado montante de recursos federais. Qual seria a melhor estratégia, então, para os governos? A existência de grandes transferências federais para Roraima e Amapá possibilita comportamento diferenciado aos dois estados?

Por meio de simples adaptação ao modelo de Werneck (1995), pode-se demonstrar como as transferências federais para as unidades federadas podem afetar o déficit global do setor público. O modelo parte da análise da restrição orçamentária dos estados:

$$G_E = T_E - r_E B_E + V_E \quad (1)$$

em que G_E = gastos do estado; T_E = receita total do estado; r_E = taxa de juros efetivamente pagas pelo estado sobre os títulos públicos; B_E = dívida pública do estado; e V_E = déficit fiscal do estado, em termos operacionais.

A unidade federativa deve pagar uma taxa de juros referencial de mercado como, por exemplo, a taxa dos títulos públicos federais, mais um *spread*, que seria função crescente e convexa do déficit e decrescente da relação receita total/dívida total (t_E). Tal *spread* reflete o risco de se emprestar dinheiro a um estado com descontrole em suas finanças. Podemos expressar essa relação da seguinte forma:

¹¹ A título de exemplo, podem ser citados a CPMF e o IOF, impostos de incidência em cascata.

$$r_E = i + r(V_E, t_E)$$

$$\frac{\partial r}{\partial V_E} > 0; \frac{\partial^2 r}{\partial V_E^2} > 0; \frac{\partial r}{\partial t_E} < 0; \frac{\partial^2 r}{\partial t_E \partial V_E} < 0 \quad (2)$$

Pode-se estabelecer uma especificação do *spread* do seguinte tipo:

$$r = V_E^g t_E^d$$

As receitas totais do estado (T_E) são compostas pela arrecadação própria (T_A) e por transferências constitucionais, que representam uma fração dos tributos recolhidos pela União. A receita total do estado pode ser expressa, então, por:

$$T_E = T_A + \epsilon T_U + F_g \quad (3)$$

em que ϵ é a parcela dos tributos da União transferida para o estado, e T_U são impostos arrecadados pela União. Incluiu-se a parcela F_g para representar outras formas de transferências da União para os ex-territórios, não vinculadas aos impostos. Como já se mencionou, esses repasses são bastante significativos. Assim, o fato de a União assumir grande parte da folha de pagamento desses estados pode ser interpretado como aumento da receita dos estados, uma vez que têm suas receitas menos comprometidas.

O objetivo de cada estado é realizar o maior gasto possível. Desse modo, o estado procura um nível do déficit público que maximize os seus gastos. Porém, uma elevação nos gastos estaduais resulta em maior *spread* a ser pago sobre os títulos da dívida pública. O problema de otimização a ser resolvido pelo estado será maximizar a equação (1) em relação ao déficit fiscal, após incluir as definições das equações (2) e (3). O resultado obtido é:

$$\frac{\partial G_E}{\partial V_E} = -\frac{\partial r}{\partial V_E} B_E + 1 = 0 \quad (4)$$

ou seja:

$$V_E = \left[\alpha B_E^{1-d} (T_A + \epsilon T_u + F_g)^d \right]^{1-g}$$

A partir dessa equação, encontra-se um valor ótimo para o déficit operacional, isto é, um nível de déficit público que maximiza as despesas do estado, o que inclui os efeitos negativos do déficit sobre o *spread* dos títulos estaduais. Uma elevação no déficit operacional aumenta os gastos públicos, mas, por outro lado, aumenta os gastos com juros, dado o impacto do déficit sobre o risco dos títulos estaduais. Da equação anterior pode-se construir uma relação entre o déficit ótimo do estado e a arrecadação dos impostos federais e das transferências, isto é:

$$V_E^* = V(T_U, F_g) \quad (4a)$$

Se a União aumentasse a sua receita tributária, isso implicaria aumento das transferências da União para o estado e possibilitaria mudança no valor ótimo do déficit estadual. A elevação das transferências vinculadas aos impostos federais aumenta a receita tributária, o que viabiliza, para o estado, mudança na política fiscal, bem como a redução do *spread* dos títulos da dívida estadual em um primeiro momento, pois eleva-se a relação receita/dívida. Efeito similar ocorre com os repasses na forma F_g (não vinculados a impostos). O impacto do aumento dos tributos federais sobre o valor ótimo do déficit é encontrado a partir da derivação da equação (4) em relação a T_U :

$$\frac{\partial V_E^*}{\partial T_U} = - \frac{e \frac{\partial r}{\partial T_U} \frac{\partial V_E^*}{\partial r}}{\frac{\partial V_E^*}{\partial r}} > 0$$

De fato, o sinal dessa derivada é positivo, ou seja, um aumento nos tributos da União implica elevação do valor ótimo do déficit das unidades federadas.¹² A questão primordial a ser respondida é: esse aumento no valor ótimo do déficit estadual é maior que a elevação dos impostos federais à disposição da União? Em outras palavras, um aumento nos impostos federais tem impacto perverso sobre o déficit global? Pode-se dizer que o esforço implementado pelo aumento da receita tributária da União é mais que compensado por maior déficit dos estados e municípios? A resposta a essas questões dependerá basicamente da parcela de impostos federais transferidas para os estados e o impacto marginal do aumento dos tributos sobre o déficit fiscal. Em um caso extremo, o esforço da União pode ser destruído pelo aumento dos gastos estaduais. Isso será possível se a parcela de imposto marginal arrecadado pela União for menor do que o impacto marginal do imposto federal sobre o déficit estadual.

A partir do modelo exposto e da experiência do início desta década, torna-se clara a necessidade de se compatibilizar o esforço da União com o das demais instâncias de governo. Fica evidente a necessidade de o governo federal coordenar a ação de estados e municípios, de modo que venham a convergir para os objetivos da estabilização e controle das contas públicas.

Se o desejo da União é controlar o déficit público em termos globais (federal, estadual e municipal), há que se realizar uma coordenação de políticas das unidades subnacionais, de modo que a contenção do déficit, objetivo prioritário da

¹² A mesma análise pode ser implementada para as transferências não vinculadas a impostos: o sinal da derivada também será positivo, porque uma redução das transferências contrai as receitas dos estados e reduz o nível ótimo de déficit.

União, seja atingida com sucesso. Essa coordenação das políticas fiscais das unidades federadas parece ter efetivamente sido iniciada com o Programa de Ajuste Fiscal dos Estados. Tal programa, conforme a Medida Provisória nº 1 560, de 19 de dezembro de 1996, estabelece refinanciamento da dívida dos estados junto à União mediante o cumprimento de algumas metas gerais: redução da relação dívida financeira/receita líquida real ($RLR = \text{receita total} - \text{transferências a municípios}$); melhoria no resultado primário; contenção das despesas com funcionalismo público e despesas de investimento; elevação da arrecadação própria; e privatização ou concessão dos serviços públicos. Estabelece-se ainda que, enquanto o estado não obtiver uma relação dívida financeira/ RLR anual igual a 1, não poderá emitir novos títulos, exceto dívidas de natureza judicial (precatórios), e somente poderá obter novos recursos junto a organismos externos.

Com essas metas o governo federal espera que os estados mantenham sob controle suas contas e participem do esforço de redução do déficit global realizado pela União. Em termos do modelo anteriormente descrito, qual seria o resultado esperado dessas medidas? Primeiro, a renegociação das dívidas estaduais reduz o pagamento de juros e diminui o *spread* pago pelos estados na colocação dos títulos da sua dívida. Essa renegociação, se não estivesse condicionada à contenção dos demais gastos dos estados, significaria elevação no valor ótimo do déficit operacional. Entretanto, a obrigação dos estados de controlar suas despesas, aumentar a arrecadação própria e melhorar o resultado primário pode sinalizar um ajuste de caráter mais permanente. E, finalmente, a obrigação de que a dívida financeira/ RLR anual seja igual a 1, nos termos do modelo expresso, significa que o estado controlará a relação t_E em níveis bastante reduzidos, e isso implica redução do *spread* a ser pago sobre os títulos públicos.

No próximo capítulo, apresentam-se algumas características das finanças públicas de Amapá e Roraima, e sua inserção no Programa de Ajuste Fiscal dos Estados implementado pela União.

6 ANÁLISE DOS ASPECTOS FISCAIS DE RORAIMA E AMAPÁ¹³

Podem-se ressaltar alguns aspectos comuns das finanças públicas desses estados:

(a) as transferências correntes da União representam a maior parcela das suas receitas;

(b) em vista disso, a participação da arrecadação própria é baixa, apesar de seu aumento na participação na receita total nos últimos anos;

(c) o ICMS é o principal tributo;

(d) a estabilização monetária representou a eliminação do chamado *efeito Tanzi*, e isso causou elevação nas receitas que foi acompanhada por elevação nas despesas, dado que ficou impossibilitado o expediente conhecido como *controle na boca do caixa*;

(e) são estados que apresentam relativo descontrole no resultado primário;¹⁴

(f) as despesas de pessoal encontram-se nos limites legais (60% da receita líquida real), mas, se for incluído o contingente de funcionários federais à disposição dos estados, esse limite seria ultrapassado;¹⁵ e

(g) as despesas correntes têm elevado sua participação no total das despesas.

Em termos do modelo descrito, Roraima e Amapá teriam relativo espaço para elevarem o valor ótimo do déficit operacional, uma vez que as transferências realizadas pela União mostram que podem apresentar nível ótimo de déficit mais elevado do que as demais unidades federadas, contempladas com menor volume de recursos não vinculados a impostos.

O esforço do governo federal, se viu, busca realizar o ajuste fiscal em termos globais. Nesse contexto, Roraima assinou acordo com o governo federal no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal dos Estados. O acordo previa renegociação das dívidas do estado e abertura de crédito em valores correntes de R\$ 16 milhões. Em contrapartida, o estado assumiu o compromisso de transformar o Banco do

¹³ Não foi possível obterem-se dados minimamente confiáveis sobre o estoque de dívida desses estados junto à Secretaria do Tesouro Nacional. Esses valores enriqueceriam o argumento aqui exposto. Espera-se que, na continuação desta pesquisa, a STN torne disponíveis tais informações.

¹⁴ O caso do Amapá, que apresenta resultado primário positivo nos últimos anos, parece ser reflexo de problemas na contabilidade do estado, como afirmam técnicos do Tesouro Nacional.

¹⁵ O estado de Roraima, mesmo quando se inclui o percentual de funcionários federais à sua disposição, encontra-se nos limites estabelecidos pela chamada Lei Camata. No entanto, relatório da STN (1995) indica que o estado utiliza-se de artifícios de caráter legal duvidoso, como, por exemplo, a contratação de pessoal via serviços terceirizados.

Estado de Roraima (BANER) em agência de fomento.¹⁶ Para a reestruturação do BANER, as principais contrapartidas do estado são: resultado primário positivo de R\$ 20 milhões em 1996; R\$ 15 milhões em 1997; e R\$ 10 milhões em 1998 (a preços de 1995); não contrair novo endividamento, à exceção de troca de títulos a custos inferiores aos atuais; aumentar a arrecadação própria, em termos reais; manter os gastos com custeio inalterados, em termos reais, exceto para pessoal, o qual deve se limitar à média dos gastos realizados nos últimos onze meses; ajustar a política salarial dos funcionários públicos nos moldes daquela executada pela União; revisar benefícios fiscais; apresentar estudo para a criação de plano de cargos e salários, com indicação de eventual excesso de funcionários da União; e criar sistema previdenciário para seus funcionários públicos. Esses são os principais compromissos assumidos pelo estado. Entretanto, uma primeira análise indica que Roraima encontra grandes dificuldades em atingir as metas de controle fiscal, principalmente no que diz respeito ao resultado primário. Diferentemente de Roraima, o Amapá não assinou o acordo com o governo federal, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal, para efeito de renegociação de dívida.

Amapá e Roraima, portanto, apresentam relativo descontrole em suas contas. Roraima, signatário do protocolo de ajuste fiscal promovido pela União, vem descumprindo algumas das metas estabelecidas, enquanto o Amapá não assinou qualquer acordo de ajuste fiscal. Tal fato levanta um aspecto importante na discussão das contas públicas dos estados: qual a real represália por parte da União para com esses estados, uma vez que participam com parcela mínima do déficit global do país? Parece haver um custo, em termos políticos, para o governo federal, de maior retaliação. Uma reação efetiva por parte da União pode ter impactos negativos sobre a situação da economia local, dada sua importância. Por outro lado, uma atitude fraca do governo federal pode minar a credibilidade do Programa de Ajuste Fiscal. RR e AP apresentam-se, por isso, como um dilema para os formadores de políticas.

¹⁶ No Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, contempla-se a privatização dos bancos estaduais ou sua transformação em agências de fomento. Essa nova modalidade de banco seria gestora de créditos do governo federal e de agências de fomento federais, como, por exemplo, o BNDES. A intenção seria transformar os bancos estaduais em uma espécie de *BNDES estadual*. Tal órgão operaria linhas de crédito destinadas ao desenvolvimento estadual. Entretanto, ainda não existe nenhuma regulamentação específica para a instalação dessas instituições. O objetivo do governo federal é impedir o financiamento das dívidas do estado por meio das instituições financeiras por ele controladas. Tal operação gerava, na maioria das vezes, situação financeira bastante delicada para os bancos estaduais, o que resultava na necessidade de auxílio financeiro por parte do Banco Central. A privatização, extinção ou mesmo a transformação em agência de fomento representa outra medida para conferir disciplina fiscal aos estados.

7 RELAÇÃO ENTRE REPASSES FEDERAIS E PIB ESTADUAL

A distribuição regional dos dispêndios da União com as unidades da Federação parece mostra um quadro não muito favorável no que se refere à participação dos estados do Norte. Enquanto o Sudeste absorve 46% desses valores, o Norte recebe apenas 8%. Entretanto, observação mais cuidadosa, que leve em conta outros critérios, pode permitir conclusões um pouco diferentes. Os dados aqui apresentados fazem parte de ampla pesquisa que vem sendo realizada pelo IPEA e encontram-se publicados em Galvão *et alii* (1997).

Os dados, em termos agregados, distorcem a realidade, e fazem parecer que a União pouco participa da vida econômica desses estados. Quando se altera o critério, tem-se visão totalmente diferente. Roraima e Amapá foram os estados que tiveram maior aporte de recursos federais em termos *per capita*, exclusive o DF: foi quase três vezes maior que no total das regiões (exclusive o DF). Roraima e Amapá receberam um total de R\$ 1 692,2 e R\$ 1 865,4 por habitante, respectivamente, enquanto, para a região Norte e o total das regiões, esse valor situou-se em R\$ 617,4 e R\$ 671,4, respectivamente. Nota-se também que mais de 80% dos gastos federais nesses estados devem-se ao orçamento fiscal. Isso pode ser explicado pela estrutura etária da população – estados ainda compostos, em sua maioria, por jovens – e pelo elevado número de funcionários públicos federais e transferências federais.

Se forem relacionadas as despesas da União com o PIB, percebe-se que Amapá e Roraima ainda são os estados com a maior participação relativa: as despesas equivalem a 60,5% e 65,6% dos seus respectivos PIB, enquanto, para a região Norte e para o conjunto das regiões, essa relação é de, respectivamente, 27% e 17%.

O impacto das transferências fiscais pode ser analisado por intermédio da estrutura inter-regional do balanço de pagamentos. Tem-se a noção de que a existência de uma moeda única impede crises cambiais. Entretanto, necessita-se, como será visto, de transferências da União para determinada região, de modo a financiar as importações.

Na literatura econômica, Thriwall (1979), em modelo de inspiração pós-keynesiana, propôs que a taxa de crescimento do produto de determinada região seria igual à taxa de crescimento das exportações, ponderada pela elasticidade-renda das importações. Assim, quanto maior a elasticidade, menor o impacto das exportações sobre o produto. Ho (1993) mostra que a proposição de Thriwall somente será válida em contexto bastante específico. O modelo desenvolvido por Ho (1993) consegue estabelecer relação entre a taxa de crescimento do produto

de determinada região e as transferências federais para essa mesma região. Sabe-se que o balanço de pagamentos regional pode ser expresso por:

$$P_x X_r + N - P_m M_r = -(F_p + F_g) \quad (1)$$

em que $P_x X_r$ é o valor das exportações regionais;

N é a renda líquida recebida (enviada) do exterior;

$P_m M_r$ são as importações regionais;

F_p são valores líquidos do fluxo de capitais privados; e

F_g são os valores líquidos das transferências fiscais de outros governos para a região.

Economicamente, pode-se interpretar a equação (1) como a igualdade entre o saldo em transações correntes e o fluxo de capitais privados ou públicos, com o sinal trocado. De outra maneira, pode-se dizer que as importações de determinada região devem ser financiadas por exportações, pela renda recebida do exterior ou pela entrada líquida de capitais, sejam eles públicos ou privados:

$$P_m M_r = P_x X_r + N + F_p + F_g \quad (1a)$$

Se retirarmos o logaritmo da equação (1a) e o derivarmos em relação ao tempo, temos:¹⁷

$$\dot{M}_r = \frac{1}{P_x X_r + N + F_p + F_g} \left(\dot{P}_x X_r + P_x \dot{x}_r + \dot{n} + \dot{f}_p + \dot{f}_g \right) - \dot{P}_m \quad (2)$$

Rearranjados os termos, chega-se à seguinte equação:

$$\dot{M}_r = \alpha_1 \dot{P}_x + \alpha_1 \dot{X}_r + \alpha_2 \dot{N} + \alpha_3 \dot{F}_g + (1 - \alpha_1 - \alpha_2 - \alpha_3) \dot{F}_p - \dot{P}_m \quad (3)$$

Os coeficientes α_1 , α_2 , α_3 representam a participação das exportações, da renda líquida e das transferências federais sobre o *financiamento das importações*.

¹⁷ A representação da variável com letras minúsculas e um ponto (.) representam a derivada da variável com relação ao tempo; e letra maiúscula e um ponto (.) representam a taxa de crescimento dessa variável; ou seja, \dot{m}_r representa a derivada das importações com relação ao tempo, e \dot{M}_r representa a taxa de crescimento das importações, isto é: $\dot{M}_r = \frac{\dot{m}_r}{M_r}$.

Supondo-se que as funções *exportação* e *importação* possam ser dadas por:¹⁸

$$X_r = X\left(Z, \frac{P_x}{P_m}, K_r\right) \quad (4)$$

$$M_r = M(Y, P_m, K_r) \quad (5)$$

em que Y é o produto regional e Z é o produto das outras regiões.

As exportações representam uma função do produto das outras regiões, dos termos de troca e do estoque de capital do estado, que mediria a competitividade das exportações. As importações, por sua vez, representam uma função do produto do estado, do preço dos componentes importados e do estoque de capital, e representam a parcela da formação bruta de capital fixo derivada de outras regiões. Essa variável pode medir o esforço do estado na substituição de importações.

Com o uso da mesma técnica anterior, aplicando-se o logaritmo e o derivando em relação ao tempo, tem-se:

$$\dot{X}_r = \phi_1 \dot{Z} + \phi_2 \dot{P}_x - \phi_3 \dot{P}_m + \phi_3 \dot{K}_r \quad (6)$$

$$\dot{M}_r = \eta_1 \dot{Y} + \eta_2 \dot{P}_m + \eta_3 \dot{K}_r \quad (7)$$

em que ϕ_i e η_j são as elasticidades das funções.

Substituindo-se as equações (6) e (7) na equação (3) e isolando a taxa de crescimento do produto chega-se a:

$$\dot{Y} = \frac{1}{\eta_1} \left[\alpha_1 \phi_1 \dot{Z} + \alpha_1 \phi_2 \dot{P}_x + (\alpha_1 \phi_3 - \eta_4) \dot{K}_r - (1 + \alpha_1 \phi_3 + \eta_2) \dot{P}_m + \alpha_2 \dot{N} + \alpha_3 \dot{F}_g + (1 - \alpha_1 - \alpha_2 - \alpha_3) \dot{F}_p \right] \quad (8)$$

A equação descreve o crescimento do produto regional como uma função positiva da renda de outras regiões, dos preços dos produtos exportados por aquela região, da renda recebida do exterior e do fluxo de capitais privados e públicos. O preço dos importados teria impacto negativo sobre o crescimento do produto, porque representa piora nos termos de troca. A variação no estoque de capital terá efeito ambíguo, uma vez que, se é grande a participação de componentes importados na composição do estoque de capital, o investimento representaria um *vazamento* de recursos da região. Por outro lado, se o estoque de capital aumentar

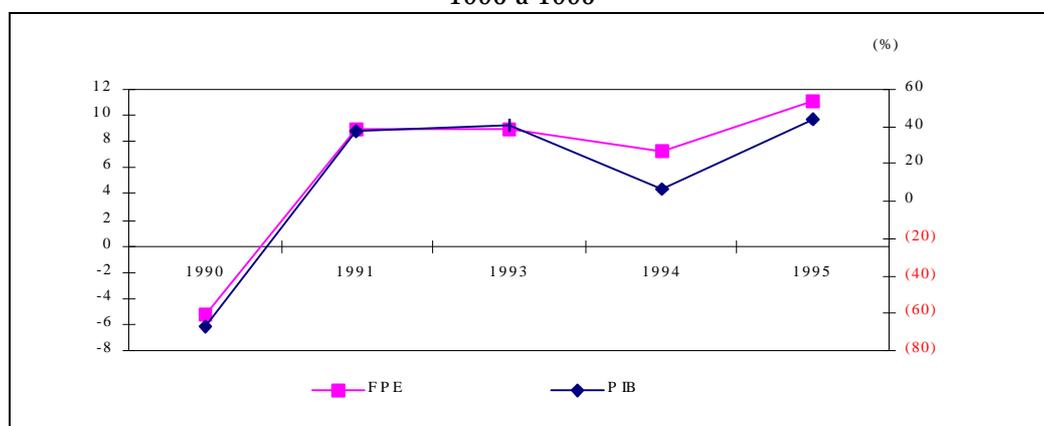
¹⁸ Omitiu-se a taxa de câmbio para simplificar a apresentação, mas não existem maiores dificuldades para introduzir essa variável nas equações de importação e exportação. A introdução do estoque de capital na função *exportação* visa medir a competitividade do estado; no que se refere à função de importação, tenta-se captar o efeito do componente importado sobre o investimento do estado.

significativamente a competitividade das exportações regionais, o investimento pode impactar positivamente sobre o crescimento do produto regional.

O modelo mostra a relação entre a taxa de crescimento do produto e a taxa de crescimento das transferências (líquidas) federais para os estados. Esse comportamento depende, basicamente, de dois fatores: da participação dos repasses sobre o financiamento das importações regionais e da elasticidade-renda das importações regionais. Não seria errôneo supor-se que a participação dos fluxos (líquidos) de recursos federais seja bastante elevada, dado que os gastos representam 60% do produto desses estados. Entretanto, o efeito pode ser minimizado, possivelmente pela elevada elasticidade-renda das importações regionais desses estados. Apesar dessas ressalvas, tentou-se, aqui, tecer algumas relações entre o crescimento do produto e as transferências federais. Não se pode retirar qualquer relação definitiva, uma vez que a amostra apresentada é muito reduzida, mas pode-se ter um indicativo ou um fato estilizado para a relação entre o crescimento das transferências federais e o do produto.

Se observarmos o gráfico 2, notamos uma aparente relação entre o FPE e o produto do Amapá. A flutuação do produto parece acompanhar o comportamento do Fundo de Participação dos Estados (FPE),¹⁹ conforme prediz o modelo de Ho (1993).

GRÁFICO 2
Amapá — Taxa de Crescimento do Produto e FPE
1990 a 1995

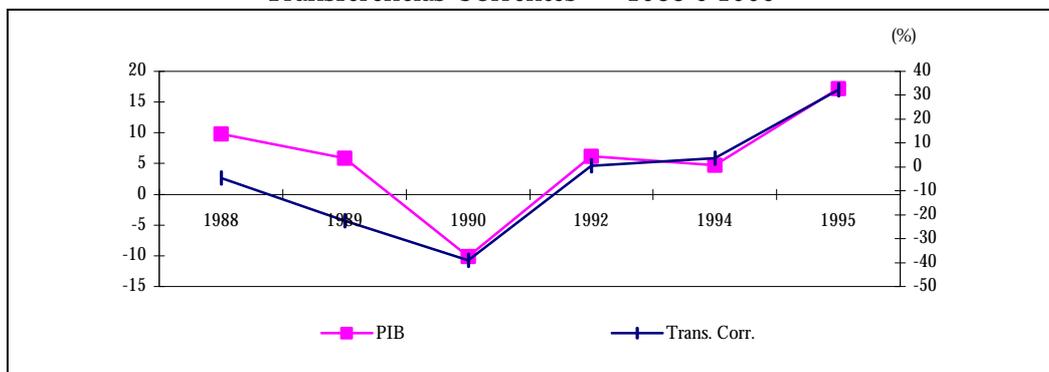


Fonte: IPEA e STN.

¹⁹ Optou-se por mostrar a relação entre o FPE e o PIB, dado que a informação constante no balanço do estado sobre as transferências correntes não é muito confiável, ou pode haver equívocos na contabilidade. Omitiu-se a informação para o ano de 1992, que apresentou flutuação aparentemente não explicável.

O mesmo fato pode estar ocorrendo em Roraima: as transferências correntes parecem estar fortemente inter-relacionadas com o comportamento do produto no estado.²⁰

GRÁFICO 3
Roraima – Taxa de Crescimento do PIB e das
Transferências Correntes — 1988 e 1995



8 CONCLUSÃO

Amapá e Roraima apresentam muitos pontos em comum. A descrição histórica mostra que os dois estados foram palco de disputas pelos domínios de suas terras, e a descoberta de riquezas minerais teve significativo impacto sobre a economia local. As análises demográfica, da estrutura produtiva, do emprego e do papel do governo federal nas economias locais revelam que esses estados caracterizam-se como economias dependentes de recursos do governo federal. Os gastos da União, seja por meio de transferências constitucionais, seja por despesas diretamente realizadas, ajudam a financiar a administração estadual e exercem importante papel na geração de emprego e renda. As transferências federais parecem explicar o comportamento do produto, de acordo com o modelo de Ho (1993).

As contas públicas do Amapá e de Roraima mostram-se uma questão delicada a ser resolvida pelo governo federal, dado que esses estados têm incentivos para manter certo descontrole, conforme previsto por Werneck (1995). Entretanto, como têm pouca representatividade no ajuste fiscal global (União, estados e municípios), a União poderá se deparar com elevados custos políticos ao cobrar

²⁰ Os valores das transferências correntes, nos anos de 1991 e 1993, apresentaram elevada flutuação, sem nenhuma explicação aparente; por isso, não foram incluídos. Notadamente, o ano de 1991 apresenta crescimento de quase seis vezes o valor do ano anterior, enquanto, no ano de 1993, o crescimento real foi de quase 200%.

maior disciplina fiscal dos ex-territórios. Como foi visto, a economia desses estados é fortemente dependente das transferências federais. Assim, a União deve buscar o equilíbrio das contas do Amapá e de Roraima, mas consciente de que o impacto desse ajuste trará fortes reflexos sobre aquelas economias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. L. Ozorio. *Colonização Dirigida na Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. Série IPEA, 135.
- BARROS, N. Mobilidade Populacional, Fronteira e Dinâmica das Paisagens na Amazônia: o caso de Roraima, Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*. v. 12, julho/dezembro, 1996.
- BRASIL.SEPLAN/DEINF. *Anuário Estatístico do Amapá: 1993-1994*
- COSTA, J. Marcelino Monteiro da et alii. *Amazônia: Desenvolvimento ou Retrocesso*. Belém: Edições CEJUP, 1992.
- FARIA, R. et alii. *Amazônia Atlântica: Bases para um Programa de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: MPO/SEPRE, 1998.
- GALVÃO, A. C. F., RODRIGUES, M. L. & ZACKSESKI, N.. Perfil Regional e Estadual da Execução da Despesa Orçamentária da União-1995. *Texto para Discussão nº 518*. Brasília: IPEA, 1997.
- GOMES, G. M. e VERGOLINO, J. R. O. *Trinta e Cinco Anos de Crescimento Econômico na Amazônia*. Brasília: 1997. Mimeo.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. *PLANO PLURIANUAL: 1996-1999*.
- HO, L. Regional Balance of Payments Problems: An Interpretation. *Regional Studies*, v. 25.5, p. 457-466. 1993
- LAVINAS, L. et alii. *Mapa das Desigualdades Regionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- OLIVEIRA, C. W., GUIMARÃES NETO, L. Emprego Organizado e Regiões nos Anos 90. *Estudos Econômicos*. v. 27 Número Especial, 1997.
- OLIVEIRA e SILVA, et alii. *Produto Interno Bruto por Unidade da Federação*. Texto para Discussão 424. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- RAIOL, Osvaldino. *A Utopia da Terra na Fronteira da Amazônia*. Macapá: Ed. Gráfica O Dia, 1992.
- SALATI, E. et alii. *Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia*. São Paulo: Co-edição Ed. Brasiliense e CNPq, 1983.
- SANTOS, F. S. dos. *História do Amapá*. Macapá: Gráfica e Editora Valcan, 1977.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RORAIMA. *Desenvolvimento da Infra-Estrutura em Áreas de Assentamento do Estado de Roraima*. Boa Vista: 1997
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RORAIMA. *Levantamento de Necessidades de Investimento nos Municípios do Estado*. Boa Vista. 1997.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RORAIMA. *Perfil*. Boa Vista. 1977.
-

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RORAIMA. Plano de Metas: 1997/1998. Boa Vista. 1977.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - *Desenvolvimento da Infra-Estrutura em Comunidades Indígenas para Integração Produtiva* - PRODEAC Indígena. Boa Vista. 1977.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Relatórios de Roraima e Amapá. Brasília: 1995 (mimeo)

THRIWALL, A. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate difference, *Banca Nazionale Lavoro Quart. Rev.* 128, p. 44-53, 1979.

VELLOSO, R. Origem e dimensão da crise fiscal brasileira. In: Mattos Filho, A.(org.) *Reforma Fiscal: coletânea de estudos técnicos*, DBA/Gráfica Circulo, 1992

WERNECK, R. Federalismo fiscal e política de estabilização no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 49 n. 2, p.375-90. Abr/Jun. 1995.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)